

SER, CONSCIÊNCIA E LINGUAGEM: HORIZONTES DA FILOSOFIA

(BEING, CONSCIENCE AND LANGUAGE: PHILOSOPHICAL HORIZONS)

ODÍLIO ALVES AGUIAR¹

RESUMO

Articular os horizontes do ser (Filosofia Antiga), da consciência (Filosofia Moderna) e da linguagem (Filosofia Contemporânea) presentes na história da Filosofia, ressaltando a dimensão cosmológica no primeiro momento, gnosiológica no segundo e lingüística no último, como uma forma de explicitar termos muitas vezes pressupostos nos discursos filosóficos da atualidade.

Palavras-chave: Filosofia, horizontes, ser, consciência, linguagem

ABSTRACT

To articulate the horizons of the Being (Ancient Philosophy), conscience (Modern Philosophy) and language (Contemporary Philosophy) as they present themselves in the history of Philosophy, emphasizing the cosmologic, gnosiologic and linguistic dimensions as a form to clarify terms often not clearly defined in philosophical discourse today.

Keywords: Philosophy, horizon, being, conscience, language

O objetivo deste texto é explicitar o significado de alguns termos cujo conhecimento é, muitas ve-

zes, pressuposto nos discursos filosóficos. Refiro-me a termos como paradigma clássico, Filosofia da consciência, modelo lingüístico, padrão contemporâneo do filosofar, pensamento metafísico etc. Através deste trabalho, esperamos alcançar não apenas um esclarecimento semântico, mas também trazer à tona os grandes horizontes a partir dos quais o filosofar foi praticado, as grandes estruturas nas quais é possível compreender as diversas escritas filosóficas². Na verdade, já existe uma reflexão a esse respeito, pautada na idéia de paradigma. O problema é que é estruturada na linguagem da história da ciência, que não achamos adequada para a História da Filosofia³. A noção de horizonte mostra-se mais adequada, porque deixa intacta a capacidade de um texto filosófico mostrar-se atual, suscitar reflexão apesar de distante no tempo. Uma teoria filosófica jamais é deixada de lado, ao contrário de uma teoria científica, que se torna obsoleta quando sua representação do mundo ou da natureza é ultrapassada. Mesmo quando os filósofos ambicionaram oferecer uma representação verdadeira do mundo, da natureza e do homem nos moldes da ciência, não foi isso que ficou como o mais importante, mas as indagações levantadas, os *insights* elaborados e os horizontes por eles desbravados⁴.

Seguindo a cronologia praticada pelos historiadores e filósofos, que dividem a História da Filosofia em Clássica, Moderna e Contemporânea, podemos

¹ Doutor em Filosofia e Professor da UFC

² Existe uma abordagem vulgar a respeito das estruturas de pensamento presentes na filosofia ocidental que hoje é considerada ultrapassada. Essa abordagem encontra nos pares antitéticos idealismo-realismo, materialismo-espiritualismo, objetivismo-subjetivismo, imanentismo-transcendentalismo as estruturas básicas nas quais podemos enquadrar o modo de pensar dos diversos filósofos. Não seguimos essa tipologia, em razão de sua manifesta posição maniqueísta. Essa sobre-determinação moralista dificulta a compreensão dos filósofos a partir do que eles próprios pensaram

³ Refiro-me basicamente a Habermas, que, principalmente em *Pensamento Pós-Metafísico* (1990), utiliza-se do termo *paradigma*, usado primeiramente por T. Kuhn em *As Estruturas das Revoluções Científicas* (1962), para estudar as modificações, as revoluções científicas. Em filosofia achamos inadequado esse termo, porque os “modelos de ser” não são tão fechados, são horizontes, e, mesmo aceitando que haja “revoluções” estruturais no filosofar, é possível a retomada de um padrão em outro. O horizonte ontológico, para dar um exemplo típico da filosofia clássica, é muitas vezes retomado na filosofia contemporânea, onde predomina o horizonte lingüístico do filosofar

⁴ Utilizo o termo horizonte no sentido hermenêutico, explicitado por E. Coreth em *Questões Fundamentais de Hermenêutica* (1979: 79): “Horizonte significa uma totalidade atematicamente co-apreendida ou pré-compreendida que entra, condicionando e determinando, no conhecimento - percepção ou compreensão - de um conteúdo singular, que se abre de maneira distinta dentro dessa totalidade”

afirmar que três grandes horizontes sobressaem nesses períodos⁵, embora perspectivas menores se façam presentes e convivam dentro do horizonte principal. Assim, podemos dizer que o horizonte do ser (ontológico) é hegemônico na Filosofia Clássica, o horizonte da consciência (gnosiológico) é hegemônico na Filosofia Moderna e o horizonte da linguagem é hegemônico na Filosofia Contemporânea.

A Filosofia, no sentido atribuído pelo Ocidente, surgiu justamente como uma forma de saber, pretendendo apreender o todo em sua verdade última. Segundo essa perspectiva, todas as coisas são referidas a um princípio único. Todas as entidades singulares são vistas como parte de um todo. Por isso, o pensamento antigo é tido como pensamento da identidade, pois defende a existência de uma ordem fundadora da unidade de tudo. É um pensamento unicista e substancialista. As singularidades recebem sua determinação, sua essência, de uma instância externa a ela. A parte só adquire significação no todo. O todo, a ordem que unifica tudo, é o Ser, fundamento último da realidade. Essa é a razão pela qual se diz que a Filosofia Clássica é cosmológica. Havia, nos filósofos da antiguidade, a pressuposição de que há uma ordem imutável (um “kosmos”), a partir de onde tudo podia ser compreendido. Vale dizer, o real é perpassado por uma racionalidade que cabe à razão explicitar. Cabe à Filosofia alcançar essa ordem, princípio, causa (*arché*) subjacente a todas as coisas.

Diferentemente do Mito, que, nas narrativas, trabalha com a indeterminação, o “chaos”, a possibilidade de múltiplas forças geradoras, os filósofos acreditaram haver nas coisas um relacionamento unitário e afirmaram ser tarefa da Filosofia a tematização dessa ordem racional, segundo eles, fundamento da ação e do conhecimento dos homens. Esse é o motivo pelo qual é dito que todo empreendimento filosófico é cosmológico. Na medida em que concebe a existência de uma ordem imutável, objetiva, e que é isso que lhe interessa, a Filosofia resvala para a Cosmologia e, por conta disso, para um naturalismo intransponível, pois os seres singulares, como tais, não contam, a não ser quando derivados ou referidos ao Ser⁶. Os determinismos de todas as espécies, seja o determinismo social, biológico, religioso, racial etc., se-

guem essa estrutura de pensamento. A ontologia cai no objetivismo, ao empreender a busca, no estilo dos cavaleiros do Santo Graal, de um princípio primeiro capaz de viabilizar a predicação universal e, assim, reduzir a multiplicidade dos fenômenos a um princípio unificador. Verificamos aí uma pretensão tipicamente arquimediana, pela qual se acredita na existência de um fio condutor universal, capaz de dar a chave para a legitimação absoluta dos modos de vida. Paira nessa visão uma concepção do pensar como instância de controle e dominação do real e não como recolha e revelação do sentido.

Essa busca do todo de sentido está presente radicalmente na primeira etapa da Filosofia ocidental. Nos pré-socráticos, encontramos a tentativa de apreender o elemento universal que, segundo eles determinaria toda e qualquer realidade. Para Tales, esse elemento é a água; para Anaximandro, é o *ápeiron* (matéria indeterminada); em Anaxímenes é o ar; em Heráclito é o fogo; para Demócrito é o átomo e, em Parmênides, numa elaboração mais refinada e abstrata, é o Ser.

Esse horizonte ontológico e cosmológico encontra-se fortemente presente, também, na tentativa de resguardar a normatividade do agir e conhecer humanos, explicitada na Metafísica platônica e aristotélica. A Metafísica repõe na Filosofia o “horizonte do ser”, ao erguer como questão central a pergunta pela essência. A essência é, para estes filósofos, a configuração permanente de uma coisa e é pensada em termos de perfeição e imutabilidade. É a essência que possibilita que toda e qualquer categoria se expresse como tal. Ela é o *substractum*, aquilo que faz com que alguma coisa seja como é, desde as categorias mais simples, por exemplo, o homem como *zoon politikon*, às mais complexas, como comunidade, *Polis* (cidade, fundada na lei) e comportamento ético. A Metafísica tornou possível a tematização racional do todo. Este é inapreensível empiricamente, embora toda ação e conhecimento humanos o pressuponham. Somente o trabalho especulativo da Filosofia pode ter acesso a ele. Apesar dessa inapreensibilidade, para os metafísicos, a vida só adquiriria a dignidade humana na medida em que se adequava ao universal, ao *Eidos*, essência suprema, padrão perfeito e eterno de todas

⁵ É preciso atentar, porém, para os equívocos que isso pode gerar, principalmente o perigo teleologizante, que consiste em ler a história da filosofia como um encadeamento dirigido por uma consciência absoluta, da qual o último filosofar é a realização mais adequada

⁶ Esse objetivismo, essa busca dos princípios causais que possibilitariam uma representação verdadeira dos seres por parte da Filosofia ocidental, levou Ernst Tugendhat, em *Lições introdutórias à filosofia analítica* (1992), a afirmar que o conceito tradicional de Filosofia é determinado por uma perspectiva que ele chama de “teoria do objeto”. Mesmo no paradigma moderno, quando a filosofia vai se voltar para a consciência, assim como nos primeiros filósofos da linguagem, há uma preservação da ontologia, na qual a razão é pensada exclusivamente em função de uma representação verdadeira, objetiva dos objetos

as coisas ou, como diria Aristóteles, substância, “gênero supremo”, nexos que articula todas as coisas ao todo imutável. A essência é, na metafísica, a possibilidade da objetividade racional. Sem um fundamento primeiro-último, as coisas perderiam o sentido e a razão. É a possibilidade mesma de um critério universal que se constitui com o surgimento da idéia de essência. Sem ela cai-se, segundo os metafísicos, no arbítrio e na violência. Com a Metafísica, nasce a necessidade de fundamentação da ação e do conhecimento em bases universalmente válidas, completamente objetiva, isenta das tendências das paixões e ilusões dos sentidos humanos. A falta, a inconclusão, a culpa, o desejo e a paixão, categorias determinantes dos homens como seres sensíveis, são substituídos pelas idéias de perfeição, razão, dever. Ou seja, o homem, como ser pertencente ao mundo supra-sensível, torna-se padrão para o homem que, embora pertencente ao mundo sensível, precisa conhecer e agir racionalmente.

Um aspecto muito ressaltado na Filosofia Clássica é o que ficou conhecido como intuição racional. O homem, apesar de ser um ser sensível, possui uma faculdade que possibilita o acesso e a contemplação das coisas eternas. Através dessa faculdade, chamada pelos gregos de *Nous*, o homem poderia atingir o fundamento da realidade, mesmo quando, como na perspectiva clássica, esse fundamento estiver além do tempo, do espaço e até mesmo do discurso. A idéia de “dois mundos”, muito comum à Metafísica, precisou articular essa faculdade humana, desenvolvida por poucos, como elemento central de seu argumento. A exterioridade dos padrões e critérios em relação à singularidade humana, condição para a objetividade no paradigma metafísico, precisou, sempre, da ênfase na conceituação do homem como “animal metafísico” ou animal racional. Através da faculdade referida, o homem pode atingir a objetividade, o em-si do real, as coisas na sua constituição essencial, nas suas pertencas últimas.

O horizonte ontológico fez-se presente, fortemente, na Filosofia medieval. A dominação da vida, nesse momento, pelos princípios abstratos, religiosos, coincidiu com o período de discriminação mortal a qualquer experiência de vida diferente. O obscurantismo reinou, a inquisição se instalou. O poder da abstração coincidiu com o surgimento do chamado “período das trevas”. Mesmo nos filósofos mais esclarecidos, a supremacia dos “Universais” se realizou. Para além dessas experiências, a formulação filosófica do período tenta a conciliação entre fé e razão, entre Filosofia e Cristianismo. Aliás, poderíamos dizer que o cristianismo, o legado greco-romano e o judaís-

mo estão na base de nossa cultura e o medieval foi um dos importantes períodos de sua cristalização: nele foram articulados, teoricamente, pela primeira vez, esses diversos elementos culturais.

A combinação entre Teologia e Filosofia se faz presente de modo contundente nos filósofos da patrística e da escolástica, notadamente em Santo Agostinho e São Tomás. Esta conjunção tornou-se possível justamente porque a Filosofia, no paradigma antigo, principalmente na Metafísica, já era praticada como uma espécie de teologia, já trabalhava com categorias que apontavam ou pressupunham um Ser que a Teologia mais tarde chamará Deus. É o famoso deus dos filósofos. A Metafísica, ao se interessar por princípios últimos, causas primeiras, etc., viabilizou completamente a aproximação da Teologia à Filosofia. A idéia de “dois mundos”, fundamental para a metafísica, também facilitou a aproximação.

O paradigma metafísico, a fundamentação ontológico-contemplativa vai sofrer uma grande reviravolta na Filosofia moderna. Os filósofos modernos, em contraposição ao obscurantismo medieval, vão construir o movimento que ficou conhecido como *Aufklärung* (esclarecimento, Iluminismo). A fundamentação metafísico-contemplativa da vida vai passar por uma profunda crítica. O saber especulativo é questionado em função do surgimento das chamadas ciências experimentais. A adequação das instituições humanas ao Ser (modelo naturalista e religioso) passa a ser questionada. A razão não está mais nas coisas. O homem não é mais mero ente na grande ordem do cosmos. Processou-se o que Kant chamou de “reviravolta categorial”. Não o ser, mas a consciência passa a ser a referência a todas as categorias. É por isso que a modernidade é profundamente prometética, antropocêntrica. O homem agora é o construtor do seu mundo. É um *artifex* que, como um demiurgo, constrói a realidade à sua imagem e semelhança. A racionalidade, o fundamento do real, não é mais concebida como algo pertencente às coisas, mas inerente à consciência do homem, concebido como sujeito teórico e prático. A verdade, universal e atemporal, não é “dada”, antes precisa da mediação da consciência humana para exprimir-se como tal.

O homem, visto como sujeito do conhecimento e não mais como mero receptáculo, implicou numa torsão completa na Filosofia. Perscrutar como a consciência humana pode ser a entificação da razão levou a Filosofia a ultrapassar a problemática da metafísica naturalista, em direção ao que foi chamado *metafísica subjetivista*. A preocupação central passou a ser em que condições pode o homem conhecer e agir racio-

nalmente. O homem é o novo *substractum*, sujeito a partir do qual tudo mais poderia ser predicado. A verdade não é mais algo contemplado, a essência de algo em-si mesmo, mas a possibilidade do sucesso adquirido através de um método. O método adquiriu proeminência e a Filosofia se tornou Gnosiologia, ocupada exclusivamente com o tema do conhecimento. A construção de um Método a partir do qual a verdade pudesse obter uma legitimidade absoluta tornou-se a grande preocupação de todos os filósofos, de todas as matizes. Através do método o homem institui-se como um sujeito soberano do conhecimento e da ação sobre a natureza.

O mundo não é mais pensado como constituído naturalmente, mas como realização do homem-sujeito. A consciência teórica, transcendental, é a referência básica na autocompreensão que os filósofos modernos têm do homem. O sujeito, é antes de mais nada, um ser racional, capaz de representar e manipular objetos e agir conforme os postulados morais racionais. Vale dizer, a auto-referência do sujeito é isolada, é a autoconsciência adquirida no exame das condições aprióricas para o homem conhecer e agir.

Esse horizonte tem uma clara manifestação em Descartes. Este questiona todo o procedimento clássico que parte de fora (de algo exterior à consciência, ao ser) para chegar à verdade. Há em Descartes o delineamento de toda a problemática moderna. Ele chama a atenção para a necessidade de um “método para bem conduzir a razão” (a dúvida metódica) e postula a consciência como o “porto seguro” a partir do qual tudo é mediado (*Cogito ergo sum*). O *Cogito* é a mediação fundamental para todas as outras categorias. Através do *Cogito* o universal pode se manifestar de forma fundamentada, legítima.

A virada dos modernos em direção à consciência, ao homem como sujeito, embora tenha trazido um grande avanço para a Filosofia estabelece, porém, unilateralmente, uma abstração, como se o homem fosse um “puro eu” ou um “puro sujeito”, concebido sem mundo, sem linguagem e sem história. Pensado como “razão autônoma”, completamente independente da realidade, o sujeito tende a ver e apoderar-se da natureza e da sociedade através do conhecimento científico e na formação e no domínio técnicos do mundo, como se o mundo fosse algo completamente alheio e ao seu inteiro dispor. Vale dizer, a passagem do paradigma cosmológico para o paradigma do sujeito, embora tenha repercutido profundamente na cultura

humana e revolucionado as instituições ocidentais, abre uma perspectiva para um amplo questionamento. A transcendentalização do homem, isto é, a redução do homem a consciência e razão, sujeito do saber, e sua atomização podem estar na raiz do processo manipulatório que se instalou, de um modo geral, nas sociedades ocidentalizadas. É como se o homem, para ser sujeito, tivesse que deixar de ser homem, de ser sensível, limitado, finito, necessitado dos outros, lingüisticamente situado etc⁷.

Essa crítica à Metafísica, que abarca toda a Filosofia moderna de Bacon a Descartes, dos contratualistas aos racionalistas, torna-se contundentemente legítima, se considerarmos a filosofia de Kant, filósofo no qual o giro categorial moderno explicita-se radicalmente. Em sua obra, afirma que a tematização da subjetividade é a tarefa básica da Filosofia, uma vez que ela é a condição para todo agir e conhecer. Na *Crítica da razão pura*, Kant (1781) critica a antiga maneira de fazer ciência e filosofia por não fazer uma pergunta fundamental: o que pode o homem conhecer? A tematização da Filosofia passa das coisas (dos entes) para a subjetividade (para as condições aprióricas de o homem conhecer e agir). Na *Crítica da razão prática*, Kant (1788) determina o caráter apriórico da lei moral. A moral não depende da experiência, pois se isso acontecesse, seria variável, contingente, particular. Para Kant a moral deve ser autônoma, pois só assim terá um valor absoluto. A moral efetiva-se não por uma exigência exterior à razão, mas unicamente em função do imperativo categórico, liberada de qualquer concurso dos impulsos sensíveis, determinada unicamente pela lei, de tal modo que os seus postulados têm validade para qualquer ser racional, em qualquer tempo e lugar.

A idéia de um sujeito transcendental, teórico, que modela o mundo a partir da ciência, não deixa de lado nem mesmo as tentativas de universalização e coletivização do sujeito, na transformação da humanidade em indivíduo, como aconteceu no século XIX, quando se passou a pensar numa substancialização, na encarnação da razão em instituições como o Estado, em Hegel, ou a classe universal, mais precisamente o proletariado, em Marx. Esses filósofos, apesar de terem tentado um acordo entre o mundo contingente (a História) e o mundo necessário (a Filosofia), acabaram por substancializar a História, encontrando nas melancólicas e conturbadas ações humanas um fio condutor desconhecido pelos próprios agentes. É a

⁷ A isso está ligada a idéia de uma consciência universal, capaz de dar conta do destino de toda a humanidade e à qual todos os homens devem seguir

idéia de um sujeito universal agindo pelas costas dos agentes contingentes, que vai propiciar a possibilidade de uma Filosofia da História, uma teorização filosófica dos acontecimentos temporais. O padrão teórico podia, assim, ser aplicado não só ao conhecimento, mas também à história. O homem podia agora ser o fabricante de sua história.

Contra essa perspectiva, um dos argumentos mais fortes foi levantado por Fichte, ao dizer que, na medida em que a referência para a compreensão do homem como sujeito é retirada do campo do conhecimento, isto é, na medida em que o mundo é a objetivação de uma consciência transcendental, inteligível, referida a uma autoconsciência, então, torna-se possível a eliminação da espontaneidade da vida, pois, no processo de autoconscientização, a consciência, em sua espontaneidade, é tornada objeto. A consciência teórica como condição do agir humano, ponto forte da modernidade, está na raiz da reificação humana, da manipulação mediada pela tecnologia, bem como nas tentativas de submissão do mundo da política a determinadas teorias, tão comuns ainda nos dias atuais. A consciência teórica age no mundo como se este fosse um deserto. O que importa são os postulados, a verdade científica, mesmo que para isso muitas vidas sejam sacrificadas. É próprio da perspectiva cognoscitiva a relação sujeito-objeto, mesmo quando o objeto em questão é o próprio ser humano. A tendência objetivadora da ciência não é deixada de lado quando a matéria sobre a qual ela deverá agir é o próprio homem.

É dentro da exaustão não só da filosofia da consciência, mas, de certa forma, do racionalismo ocidental de um modo geral, que aos poucos a Filosofia vai se encaminhando para um novo rumo, para uma nova mudança de horizonte. O preço do universalismo, da legitimação absoluta é o sacrifício da subjetividade, do homem como ser singular. É o modo metafísico de proceder, como tal, que passará a ser questionado. Boa contribuição para a dissolução desse modelo de pensar foi lançada pelos filósofos neo-hegelianos ou pós-hegelianos. Feuerbach, Marx, Kierkegaard e Nietzsche foram fundamentais para o surgimento do novo horizonte, pois, apesar de situados na filosofia da consciência, com suas insatisfações e novos campos de tematizações abriram as perspectivas para o surgimento de uma nova estrutura de pensamento no século XX. Nietzsche, em particular, influenciou de forma direta a formulação da crítica ao sujeito transcendental por parte da fenomenologia, principalmente em sua vertente heideggeriana. A passagem de uma subjetividade concebida transcendentemente, pertencente ao

reino do mundo inteligível, acontece na tematização do homem como ser-no-mundo (*Dasein*), histórico, finito, em contato com os outros, levada a cabo pela hermenêutica existencial que passou a ser sistematizada a partir de *Ser e Tempo*, de Heidegger (1926), mas cujas bases já vinham sendo lançadas por outros pensadores, notadamente Kierkegaard e o próprio Nietzsche. Outro conceito fundamental nessa virada da Filosofia é o de *Lebenswelt* (Mundo da Vida), que marca, juntamente com a noção de Experiência, ambos tematizados pelos fenomenólogos, a reconciliação da Filosofia com uma perspectiva mais mundana, menos metafísica.

A partir daí, tornou-se possível a compreensão do mundo não como uma objetivação de um sujeito teórico, isolado, mas como pertencente ao plano da intersubjetividade. Nessa concepção, não existe o sujeito, mas os sujeitos num mundo aberto, estruturado linguisticamente. O sujeito passa a ser concebido dessa forma na medida em que é capaz não de elaborar modelos e teorias a serem aplicadas, mas, sim, de agir como ser falante, capaz de articular suas pretensões num ambiente onde nenhuma posição tem, de antemão, o estatuto de absoluta. Ou seja, o sujeito teórico passa a ser questionado em sua pretensão de ter preponderância em relação ao mundo sensível, em razão de sua habitação estar situada no mundo transcendental.

A dominação legitimada pelo saber pôde, assim, ser amplamente questionada. A pretensão de um poder como substancialização da razão passou a ser inaceitável e a ambição dominadora embutida na pretensão arquimediana veio à tona. A tematização e estabelecimento de critérios universais de validade foram desmascarados como uma maneira de retirar o poder dos homens enquanto seres individuais. A postura universalista, que questiona as ideologias por estarem situadas no âmbito do interesse, mostrou-se, enquanto defensora dos valores universais, incapaz de construir barreiras para o uso mortífero das suas potencialidades, legitimando, assim, o mal.

Todos esses aspectos estão na base da passagem da filosofia da reflexão, ocupada com as condições aprióricas de o homem conhecer e agir, e da Ontologia, enquanto pergunta e demonstração do Ser, dos princípios primeiros, que, ao mesmo tempo, constituem a realidade e servem como critérios para a sua validação, para uma filosofia cujo horizonte de referência passa a ser a linguagem. Apontar a linguagem como articuladora das categorias para se pensar o real, significa pensar uma maneira de filosofar sem ponto fixo, sem critérios absolutos, sem ponto arquimediano. Vale dizer, as categorias poderão, agora, ser pensadas

dessubstancializadas, sem a ancoragem num fundamento a ela externo que a determinava, e, assim, abrem a perspectiva para se pensar filosoficamente os seres singulares, como o homem enquanto individualidade, em seu valor próprio.

Há, nessa passagem, um questionamento profundo da Metafísica embutida nos dois horizontes anteriores. Verificamos isso na primeira geração da Filosofia Analítica. Para esses filósofos, principalmente os do Círculo de Viena, inclusive na obra do primeiro Wittgenstein, o grande problema da Filosofia era a utilização de termos sem uma referência objetiva. A solução para os enganos da Metafísica passaria então por uma crítica da linguagem. Se a Filosofia corrigisse sua linguagem, poderia atingir alguma racionalidade. Afirmavam, positivamente, que o sentido de uma proposição residia em sua vinculação com fatos.

A essa perspectiva, somou-se aquela mais sensível à desumanidade inerente ao sujeito transcendental, à concepção do homem como sujeito, submetida à sua transformação em ser inteligível. Esses filósofos vão resgatar, além do valor proposicional da linguagem, também e justamente a possibilidade de vida ser pensada em sua condição humana, vivida com os outros, na qual o sentido não é algo substancial, fundada em algo que escapa aos seres humanos comuns, mas no que emerge em suas articulações lingüísticas, em suas falas, produções e ações. Vale dizer, a linguagem estabeleceu-se como um campo no qual a Filosofia trabalha e cujos limites não pode transpor. O sentido não é mais algo alcançável pela intuição de um filósofo solitário, nem representado por um sujeito transcendental, isto é, não se precisa mais acionar um outro mundo, um padrão metafísico, para poder alcançar algum significado da existência humana. Basta recorrer ao repertório da linguagem, que iremos perceber nas experiências humanas mesmas significações relevantes. Desse modo, passa-se de uma concepção representacional, naturalista da linguagem para uma concepção da linguagem que não é apenas *um meio*, mas o *medium* apropriado no qual está cristalizada a vida em sua densidade. A palavra, enquanto condensação da vida, deixa de ser mera palavra e se transforma em *Dichtung*, com a qualidade e função bastante comum aos poetas, isto é, em revelação e manifestação da significação.

O fundamental, na passagem do paradigma transcendental para o lingüístico, foi a superação da concepção de que a consciência não se relaciona com os objetos diretamente, mas que nos referimos lingüisticamente aos objetos por meio de expressões.

A consideração das condições da consciência, no processo do conhecimento, como uma instância totalmente isolada, como mera instância de representação interna, é completamente ultrapassada a partir do momento em que se passa a considerar a mediação lingüística.

Todo um conjunto de elementos facilitou o giro lingüístico: o incremento no estudo da lógica, as descobertas no campo da Hermenêutica Teológica, o avanço da Filologia, o surgimento da Lingüística e a descoberta e estudo, por Freud, do inconsciente como a parte mais importante do aparelho psíquico. *Grosso modo*, poderíamos dizer que três pensadores foram fundamentais na constituição do pensamento contemporâneo: Heidegger, Wittgenstein e Freud. Em todos eles a linguagem assume papel fundamental como campo a partir do qual o pensamento tem o seu limite. Freud com a idéia de inconsciente, não só questiona o logocentrismo ocidental, a posição central da consciência no aparelho psíquico, mas também questiona os paradigmas provenientes dessa centralidade: completude, perfeição, universalidade etc., que eram, todos, critérios teóricos e práticos seguidos pela tradição ocidental. A centralidade do inconsciente na economia da vida psíquica abre lugar para o homem como ser desejante, incompleto, marcado pela falta. O mais importante para nosso estudo foi a descoberta de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem e que o acesso a ele também só pode se dar através da verbalização livremente associada.

Wittgenstein foi grande matemático, lógico e filósofo de nosso século. Suas primeiras obras faziam a redução da Filosofia a uma análise do discurso. Como vimos anteriormente, essa concepção estava eivada de um preconceito semântico positivista. A linguagem era entendida basicamente em sua função proposicional, na qual era verdadeira a proposição que correspondesse a um *estado de coisas*. Posteriormente, o autor encaminha-se para uma dimensão mais pragmática da linguagem, na qual o sentido está relacionado não a um estado de coisas, mas a um “jogo de linguagem”. Um discurso passa, assim, a ser significativo, na medida em que está inserido num determinado jogo de linguagem. É a esse jogo de linguagem que as palavras devem ser reenviadas para se chegar ao sentido. Há uma dessubstancialização da palavra. Conforme o contexto de aparição, uma palavra poderá apontar para significações as mais diversas. Atrás dessa idéia reside a concepção de que as palavras se estruturam com sentidos diferentes de acordo com a comunidade dos falantes. A ciência tem um discurso próprio, a Filosofia também, a forma de argumentação

das ciências humanas é diferente das ciências naturais, da mesma forma que diferem os discursos das diversas gerações, grupos políticos, nações, e em cada uma desses é fundamental o jogo de linguagem, a forma como a linguagem é posta em prática e acontece nas interações cotidianas. Vale dizer, o peso passou da capacidade de representar da linguagem para sua dimensão comunicativa e reveladora.

Em todos esses filósofos a idéia de razão, concebida como uma faculdade, é deixada de lado. Heidegger prefere o termo *pensamento* a *razão*. Este possui uma carga semântica pesada, relacionada a sua etimologia mesmo, *Ratio*, que aponta para os critérios e medidas universais. Para Heidegger, pensamento é mais apropriado para significar esse trabalho do espírito humano, visando a recolher a significação inerente às experiências. Nesse autor, que foi o grande sistematizador da Filosofia da Existência, o giro lingüístico combina-se com uma abertura ao fenômeno, ao campo do vivido, e são recusados os padrões enquadramentos da existência humana. Para ele a significação da existência humana não é mensurável em critérios morais ou teóricos, mas captável nas palavras e discursos significativos. As palavras, ao contrário das teorias, apreendem a dimensão de singularidade de uma experiência, “a linguagem é a morada do ser” (Heidegger, 1926).

Ao limitar-se a Filosofia ao campo da linguagem, passou-se de uma concepção do pensamento como autoconsciência para sua visão como interação lingüisticamente mediada. O pensamento não é mais relacionado a reclusão, mas a diálogo. Com isso a esfera do significante deixa de ser um fundamento absoluto, tão caro à Filosofia metafísica tradicional, e passa para as falas, produções, trocas, relações etc. Desse modo, através do giro lingüístico, verificamos uma mudança na concepção da própria Filosofia. Antes ela era concebida como a esfera através da qual a legitimação da vida era posta. Isso porque pautava-se na idéia de que existe um fundamento único para o real e que a ele tudo e todos deviam se adequar. Ressalte-se que a Filosofia ambiciona não apenas uma figuração do mundo, mas, também, indicar como todos

devem se comportar. A pergunta que se faz é: sem esse fundamento único e universal, não está fadado o mundo a se acabar? Não se inviabiliza, assim, a idéia mesma de mundo? Os otimistas dizem que não e que, ao contrário, a linguagem oferece um campo de organização do mundo sem a necessidade de imposição a todos de um mesmo modo de vida, de uma mesma concepção de mundo. A linguagem, e não um fundamento, um princípio etc. poderá dar as bases para a existência e co-existência pacífica de diversos modos de vida.

Concluimos que, se no período clássico a Filosofia foi praticada como uma teoria do ser e na Filosofia Moderna o ser foi concebido gnosiologicamente, como atributo da reflexão, na contemporaneidade, ao se ancorar na linguagem, a Filosofia abandona a idéia mesma de um fundamento único para o real, isto é, deixa de lado a sua autocompreensão como Ontologia e passa a exercitar-se como compreensão, como um tipo de pensamento e reflexão ocupada com a esfera da significação, cuja estrutura não é proveniente de um ponto arquimediano ou de um porto seguro, mas de um ponto de mastro que teima em pensar, mesmo estando em tempos sombrios, numa época de mares revoltos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORETH, Emerich. *Questões fundamentais de hermenêutica*. São Paulo: EDUSP, 1979.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- _____. *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- OLIVEIRA, Manfredo. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *Sobre a fundamentação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- TUGENDHAT, Ernst. *Lições introdutórias à filosofia analítica da linguagem*. Tradução de Mário Fleig et alii. Ijuí: Unijuí, 1992.